



A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST

Carlos Walter Porto-Gonçalves
Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da
Universidade Federal Fluminense - Doutor em Geografia¹

Resumo

O artigo destaca a nova configuração da questão agrária no contexto da nova etapa de mundialização do capitalismo com destaque para o significado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Analisa o processo de constituição desse movimento e os desafios que se colocam diante da necessidade de articular uma luta unificada de múltiplos e distintos sujeitos sociais que conformam o espaço geográfico da sociedade brasileira. Destaca, ainda, o caráter cada vez mais urbanizado que adquire a questão agrária.

Abstract

The article points out the new configuration of the agrarian question in the context of the present stage capitalist mundialization with emphasis to the significance of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. It analyses the process of formation of such movement and the challenges that emerge from the need to articulate an unified struggle of distinct social subjects that conform the geographical space of Brazilian society. It also reinforces the progressively urbanized feature of the agrarian question.

¹ Carlos Walter Porto-Gonçalves é Doutor em Geografia, Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, membro do Grupo Hegemonia e Emancipações de Clacso e ex-Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1998-2000). É autor de diversos livros e artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, entre os quais se destacam: *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad* (México: Siglo XXI, 2001); *Amazônia, Amazônias* (São Paulo: Contexto, 2001); *Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades* [In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (Org.). *La guerra infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso, 2001]; *A geograficidade do social* [In: SEOANE, José (Org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2003]; *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringueira à territorialidade seringueira* (Brasília: Ibama, 2004); e *O desafio ambiental* (Rio de Janeiro: Record, 2004).

Palavras-chave unidade e diversidade das lutas no campo; novos territórios – novas territorialidades; nova questão agrária

Keywords *unity and diversity of agrarian struggles; new territories – new territorialities; new agrarian question*

cwpg@nitnet.com.br



Os anos 90 viram adentrar à cena política latino-americana dois movimentos sociais cuja significação política vai muito além das suas reivindicações específicas: o zapatismo, no México, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Brasil. Depois da derrocada dos regimes políticos do leste europeu, com o triunfalismo que se seguiu com alguns intelectuais chegando mesmo a decretar o fim da história, a emergência desses dois movimentos sociais teve o mérito de repor aquilo que parecia estar sendo olvidado, isto é, o caráter contraditório do sistema-mundo moderno-colonial. Numa quadra histórica em que o pensamento único de corte neoliberal dominava ‘corações e mentes’, é compreensível que o zapatismo e o MST também passassem a ser vistos com um triunfalismo de sinal trocado onde, muitas vezes, se transferia para esses novos protagonistas a missão histórica que, antes, se destinava ao proletariado. Todavia, para além de triunfalismos de parte a parte, esses movimentos sociais trazem ao debate questões teóricas e políticas profundas que, acreditamos, exigem a compreensão da nova configuração, inclusive geográfica, das lutas de classes que se desenham no mundo como resultado, inclusive, do novo ciclo de protestos que se inicia nos anos 70. É o que desenvolveremos neste artigo, tendo como foco da análise as lutas que se travam no campo brasileiro, com destaque para o seu principal mediador nos últimos anos, o MST.

Contextualizando

O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) inscreve-se numa longa trajetória de lutas sociais no campo brasileiro. Seu nascimento formal, em janeiro de 1984, é parte do novo ciclo de protestos sociais (TARROW, 1994) de finais dos anos 70, nos marcos das lutas democráticas contra o regime ditatorial sob tutela militar que se impôs à sociedade brasileira entre 1964 e 1985. O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra carrega em seu próprio nome essa trajetória de lutas. Até o nascimento do MST, as lutas no campo estavam diretamente ligadas aos sindicatos de trabalhadores rurais articulados nacionalmente em torno da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Foi em torno dessa identidade de trabalhadores rurais, de trabalhadores na agricultura, sobretudo depois de 1968, quando os setores ‘mais combativos’ sob influência do Partido Comunista retomaram a entidade que estava sob intervenção do regime ditatorial desde 1964, que as lutas no campo brasileiro mantiveram uma articulação em escala nacional. Assim, foi por meio dos sindicatos e da Contag que uma construção simbólico-política identitária de trabalhadores rurais se afirma nacionalmente, impondo-se sobre a enorme diversidade geo-socio-cultural de nosso mundo rural.

Ao mesmo tempo que o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra carrega em seu nome essa história, sua sigla – MST – acentua um fenômeno que se generaliza no Brasil pós-anos 60, isto é, a presença de trabalhadores sem-terra, que resulta da modernização conservadora e sua revolução verde.

Ainda hoje, são tensas e intensas as lutas entre mediadores — entre o MST e a Contag, por exemplo — por afirmação identitária, pelo poder simbólico, enfim, pelo poder de representação política. O MST, por exemplo, está mais próximo das Ligas Camponesas,²

²O movimento das Ligas Camponesas tem seu início em 1955 no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, no nordeste brasileiro, a partir de uma associação de cooperação entre agricultores para comprar caixões para enterrar seus mortos. A repressão ao movimento aproxima o advogado e deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro, que viria a se tornar um dos seus maiores líderes.





movimento que, como tal, não sobreviveu à repressão da ditadura civil-militar, até por sua relação mais flexível com a institucionalidade do Estado.³

Num país, como o Brasil, onde nem mesmo a legislação trabalhista outorgada por Getúlio Vargas em 1934 se estendia aos trabalhadores rurais, é compreensível que surjam tanto movimentos sociais que busquem afirmar-se por meio de organizações autônomas próprias, caso das Ligas Camponesas, como aqueles que lutem por estender a legislação trabalhista ao mundo rural, caso do Partido Comunista.⁴ Todavia, se os mediadores são fundamentais para a construção de sujeitos coletivos,⁵ e o MST parece compreender isso melhor que qualquer outro movimento social no Brasil hoje, é impossível compreender esses mediadores e seus símbolos descontextualizados da história que fazem e que, ao mesmo tempo, os conforma. Hoje podemos afirmar com segurança que uma profunda reorganização societária estava em curso no Brasil já à época da constituição desses movimentos. O processo de industrialização por substituição de importações, iniciado nos anos 30, ensejará uma nova divisão inter-regional do trabalho por meio da integração rodoviária nacional, acentuando a migração e, assim, contribuindo para uma nova conformação sociogeográfica do poder no campo brasileiro (PORTO-GONÇALVES, 2004a). Sublinhe-se que a Igreja Católica era parte dessa estrutura de poder tradicional, e o processo de des-ruralização e de sub-urbanização, que só crescerá desde então, impõe à própria Igreja novas questões à sua própria sobrevivência.⁶ O MST será, tal como o Caliban de Retamar (RETAMAR, 2004), uma síntese criativa dessas experiências emancipatórias tecidas no terreno movediço da história, o que pode ser observado tanto por sua teatralidade com forte componente místico, herdeiro de tradições religiosas, como por suas bandeiras vermelhas, ideologia socialista professada por seus principais líderes, esta herdeira da presença histórica dos socialistas e dos comunistas nas lutas do campo brasileiro.

Todavia, essa aproximação de vertentes ideológicas historicamente tão distantes, como os comunistas e os católicos, tem as marcas de um dramático processo de repressão com o golpe de estado de 1964, quando se internalizam no Brasil novas contradições geopolíticas globais, como o anticomunismo, cujo maniqueísmo se sobrepõe ao maniqueísmo de longas raízes históricas coloniais que nega ao outro, ao diferente, até mesmo a condição de humanos, em que os indígenas, os mestiços, os caboclos, os ladinos, os negros, os camponeses, enfim, os pobres em geral são selvagens, bárbaros, preguiçosos.⁷ No novo quadro geopolítico da guerra fria, internalizado nas especificidades de nossa formação política autoritária, o fato de alguém não ser a favor do anticomunismo era suficiente para que fosse considerado comunista, e, assim, religiosos, liberais, democratas em geral foram torturados, mortos, exilados. O golpe civil-militar de 1964 não poupou nem as lideranças das Ligas Camponesas nem as da Contag e dos sindicatos rurais.

É nesses marcos ideológicos e políticos que se desenvolverá uma profunda transformação sociogeográfica do país, conhecida como modernização conservadora, cuja compreensão, tanto do ponto de vista político como do tecnológico, ambos profundamente ideologizados pela guerra fria, é fundamental para entendermos a importância do MST e de todo o seu potencial emancipatório na nova configuração da questão agrária para o planeta e a humanidade.

³ Essa é uma das principais críticas que se faz ao MST, qual seja, a de não ser um movimento legalizado formalmente, tal como as Ligas Camponesas. Diga-se de passagem que os críticos quase sempre invocam esse argumento, associado a situações em que acreditam que o MST devesse sofrer algum tipo de sanção punitiva por parte do Estado. Desnecessário dizer que o fato de o MST sobreviver enquanto movimento organizado e, mais do que isso, cada vez mais ampliar sua atuação política, por si mesmo, indica a legitimidade real que vem alcançando na sociedade brasileira e mundial. Caso contrário, o monopólio da violência do Estado já teria se abatido sobre ele. Esse é o fato real; o outro é o desejo.

⁴ O 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte em 1961, que a Contag considera como seu primeiro congresso, teve entre suas principais deliberações a luta pelo direito à sindicalização dos que trabalham no meio rural.

⁵ Daí toda a necessidade de bandeiras, de símbolos, de manifestações, de marchas para se entrar em cena com toda a sua teatralidade. Tanto Pierre Bourdieu (1989) como José de Souza Martins (2003) salientam essa dimensão estética necessária à luta pelo poder político-simbólico, em que o MST tem tido, sem dúvida, um enorme sucesso, inclusive, por suas místicas. Uma retórica agressiva de desqualificação costuma ser parte da violência inerente às lutas pelo poder simbólico.

⁶ O Concílio Vaticano II, a Celam – Conferência do Episcopado Latino-americano (Medellín e Puebla), a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base devem ser vistas dentro desse contexto sociogeográfico.

⁷ Edward Said (*apud* TASSO, 2004) já havia nos alertado, para além das análises de caráter economicista e sem desconsiderar o lugar da economia sob as relações sociais e de poder capitalistas, que o colonialismo e o imperialismo “se encontram suportados e às vezes apoiados por impressionantes formações ideológicas que incluem a convicção de que certos territórios e povos necessitam e rogam ser dominados, assim como noções que são formas de conhecimento ligadas a tal dominação”.





O novo contexto de luta em que emerge o MST e o novo sentido da reforma agrária

O lado político conservador da modernização conservadora

No início dos anos 60, um novo protagonista, para além dos que até já assinalamos, far-se-á presente nas lutas do campo brasileiro, com a internalização da confrontação geopolítica da guerra fria. A partir da Revolução Cubana, um verdadeiro pânico⁸ tomou conta dos estrategistas estadunidenses⁹ e das oligarquias latifundiárias nacionais. O governo dos EUA põe em prática a Aliança para o Progresso não só com programas assistencialistas de distribuição de leite às populações pobres, como também com o desenvolvimento de uma estratégia política de estimular a criação de sindicatos de trabalhadores rurais, que visava a combater as Ligas Camponesas e o nascente sindicalismo rural de esquerda. Credita-se ao conservador Bispo Dom Eugênio Sales a criação do primeiro sindicato oficial de trabalhadores rurais no Brasil, no Rio Grande do Norte, estado onde se desenvolvia uma rica experiência de educação rural que contava, inclusive, com a colaboração ativa do educador Paulo Freire. Acrescente-se que, diante da histórica ideologia antiamericana na América Latina (Simon Bolívar, Augusto Sandino e José Martí), à época ainda mais aguçada por nacionalismos de diferentes naipes, o governo estadunidense lançará mão de uma estratégia de novo tipo, instrumentalizando uma entidade não-governamental para dar curso à sua política anticomunista. Segundo Eduardo Karol (2000), a Caritas será a responsável pela política assistencialista, nesse caso chamada de humanitária, com a distribuição de leite, por exemplo.

Desse modo, tanto as Ligas Camponesas como o nascente sindicalismo rural constituir-se-ão como um marco, ao trazerem à cena política nacional novos protagonistas em luta pela Reforma Agrária.¹⁰ Atentemos, aqui, tanto para o fato de se eleger a questão agrária como parte da questão nacional como, principalmente, para o fato de novos protagonistas adentrarem à cena política nacional na luta pela Reforma Agrária. Os 'de baixo' (Florestan Fernandes) do campo adentram, pela primeira vez em nossa história, à cena política nacional.¹¹ Essa mudança de escala geográfica da luta política, no caso específico com os camponeses e demais trabalhadores rurais superando, por si mesmos, a escala geográfica local e lançando-se nacionalmente, seja com as Ligas Camponesas, seja com a Contag, marca um dos momentos mais importantes das lutas democráticas no Brasil que, por sua vez, tornarão visíveis os limites autoritários que conformam nossa formação política. Com essa mudança de escala, os diferentes protagonistas das lutas por invenção de direitos no campo rompem com o poder regionalizado das oligarquias latifundiárias, historicamente constituído em torno das unidades políticas provinciais, hoje estaduais, e, assim, colocam o debate acerca da Reforma Agrária no plano nacional. Para além da concentração de terras, uma das maiores do mundo e pilar do poder dessas oligarquias latifundiárias, há toda uma cultura política em que predominam a 'lógica do favor' sobre a do direito, o patrimonialismo, o clientelismo e o cartorialismo sobre a cidadania (FAORO, 2000). Registre-se que a emergência de movimentos sociais como as Ligas Camponesas se

⁸ Em escala continental, de um pânico semelhante a esse só se tem notícia com a Revolução Haitiana de 1804. A Revolução Cubana é vista como se fora um *novo haitianismo*.

⁹ Para os EUA, a Revolução Cubana conduziu a um verdadeiro pânico conspiratório, até porque se dera nas antilhas caribenhas, uma região que sempre foi vista como *mare nostrum*, além de ser às suas portas, se dava depois do XX Congresso do PCURSS, que, ainda que de modo tímido, expiara os crimes de Stálin, e, ainda, depois da demonstração de poderio científico e tecnológico da URSS, com o lançamento do primeiro foguete tripulado ao espaço, com Yuri Gagarin.

¹⁰ Registre-se que em janeiro de 1964, pouco antes do golpe civil-militar de março do mesmo ano, os sindicatos de trabalhadores rurais e a Contag logram, finalmente, seu reconhecimento formal por parte do Estado.

¹¹ Se remontarmos aos anos 1920, veremos que tanto o recém fundado Partido Comunista (1922), como pode ser lido no livro *Agrarismo e industrialismo*, de Otávio Brandão (1924), como o próprio tenentismo, movimento de jovens militares, já assinalavam a centralidade da Reforma Agrária enquanto questão nacional (NOVAES, 1996).



deveu, em grande parte, à atmosfera de abertura política, à ‘primavera democrática’ (IBARRA, 2004) que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial.¹² Essa ‘primavera democrática’ cederá lugar, com o acirramento da guerra fria e a influência estadunidense cada vez maior na América Latina, a ditaduras onde o anticomunismo se somará à formação ideológica de origem colonial que, por maniqueísmo próprio, já negava ao outro qualquer direito.

Desde então, a questão agrária tornar-se-á uma questão nacional, e a ditadura civil-militar, ainda que negando o campesinato e demais trabalhadores rurais, sobretudo com a enorme repressão às Ligas Camponesas e aos sindicalistas, instituirá políticas públicas explicitamente para a reforma agrária, como o Estatuto da Terra, que cria o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, assim como manterá o reconhecimento legal da Contag e dos sindicatos de trabalhadores rurais, ainda que sob controle político e expurgado das ‘ideologias espúrias’, leia-se, as que não comungavam com o golpe e com o anticomunismo.

O lado moderno tecnológico da modernização conservadora

Não foi só do ponto de vista político que a internalização da guerra fria acirrou ideologicamente as lutas de classes, como acabamos de ver. Também do ponto de vista tecnológico seguir-se-á uma verdadeira revolução nas relações-sociais-e-de-poder-por-meio-da-tecnologia que ficará conhecida, simplesmente, como Revolução Verde e, assim, ocultando a dimensão política implicada na própria tecnologia¹³ (PORTO-GONÇALVES, 2004b).

É preciso lembrar que o próprio nome – Verde – que se emprestou a essa revolução-nas-relações-sociais-e-de-poder traz em si o contexto das lutas de classes em que ela foi engendrada. Muito embora já no imediato fim da 2ª Guerra Mundial, em 1946, o livro *Geografia da fome*, de Josué de Castro (1996), já assinalasse as implicações políticas do fenômeno da fome, em 1949 esse debate ganhará uma expressão política concreta, com o protagonismo de camponeses pobres que, organizados numa Grande Marcha sob bandeiras vermelhas do comunismo, politizarão de um outro modo a questão. A partir de então toda uma elite política e intelectual se mobilizará para afirmar que o problema da fome era uma questão técnica, uma questão de sementes, uma questão de produtividade e, com isso, propõe uma Revolução Verde¹⁴ contra aquela Revolução Vermelha. O debate político da tecnologia explicitar-se-á desde então e dar-se-á de modo cada vez mais intenso. Reiteramos a afirmação feita acima de que um dos lados da conformação identitária de sem-terra se deve, em grande parte, a esse lado moderno da modernização conservadora, qual seja, a revolução nas relações-sociais-e-de-poder-por-meio-da-tecnologia verde, hoje já em novíssima fase com a biotecnologia de genes laboratorialmente modificados.¹⁵

Na verdade, o que vem ocorrendo no mundo rural brasileiro é uma nova fase de um longo processo histórico de moderno-colonização. As implicações dessa revolução nas relações-sociais-e-de-poder-por-meio-da-tecnologia verde são muito diversas, segundo as diferentes geografias sociais e políticas em que se insere. Em contextos autoritários, como o da sociedade brasileira, essa moderno-colonização tecnológica reforça o poder

¹² Foi nesse período que se deram a Revolução Boliviana (1952) e a Revolução Democrática de Jacobo Arbenz, na Guatemala (1954), cuja reação conservadora pode ser vista não só no massacre que se seguiu, com mais de 140.000 mortos, mas também na queda de Getúlio Vargas, no Brasil, e na de Domingo Perón, na Argentina.

¹³ Já indicamos em outro lugar (PORTO-GONÇALVES, 2004b) que as revoluções tecnológicas não podem ser vistas fora das relações sociais e de poder que as engendram, daí falarmos todo o tempo de relação (nas relações sociais e de poder) verde e não, simplesmente de revolução verde. Por isso não podemos deixar de considerar a formação social em que essas transformações se dão.

¹⁴ Talvez comecemos a entender por que, até muito recentemente, nenhum ecologista se arvorasse a defender essa revolução verde.

¹⁵ A questão não é a de biotecnologia simplesmente, na medida que os próprios cultivares são criações biotecnológicas camponesas e étnicas, assim como os vinhos, as tequilas, as vodkas, os saquês, as cachaças e as cervejas, ou ainda, os iogurtes, as coalhadas, os queijos, os doces e todo o modo de comer que caracteriza cada cultura e constitui o que talvez seja o maior patrimônio da humanidade. A diferença epistêmica e política, é desse duplo que se trata, é que essas biotecnologias foram tecidas no campo pelos diferentes povos, enquanto a nova biotecnologia é laboratorialmente produzida em laboratórios que, cada vez mais, são menos públicos. Atentemos que, no caso das biotecnologias mais tradicionais, até mesmo a natureza, sem nenhum romantismo, opinava, na medida que a seleção feita por uma comunidade era experimentada ao longo do tempo e vingava ou não, para usar uma expressão vinda desse mundo, dependendo da resposta da natureza às eleições culturalmente selecionadas. Se o conhecimento é, como acreditamos que seja, tão fundamental como o alimento para a reprodução humana, ao se aceitar sem mais os laboratórios privados como *locus* da produção por excelência do conhecimento do alimento, duplo da reprodução, insisto, dá-se-lhes um lugar nas relações sociais e de poder jamais alcançado por quem quer que seja, ainda mais quando visto na escala mundializada em que vem se dando.



daqueles que já têm poder, ao tornar os latifúndios ainda mais produtivos.¹⁶ É ao que se assiste com o novo ciclo de expansão capitalista no campo brasileiro (mas também no argentino, no paraguaio, no oriente *cruceño* boliviano), onde uma propriedade, para se viabilizar com as modernas tecnologias na produção de soja, por exemplo, em Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, no Triângulo Mineiro, no sul do Maranhão e no sudoeste do Piauí, deve ter tamanho médio de 2.000 hectares. A aliança política civil-militar que sustentara a ditadura, com a retirada do seu lado militar que ficou conhecida como o fim da ditadura, mostrará as fortes alianças que se forjaram no mundo civil entre os capitalistas agrários e os industriais,¹⁷ entre os capitais nacionais e as grandes empresas multinacionais (Sadia, Maggy, Perdigão, Monsanto, Cargill, Bunge, Novartis; etc.), com as instituições de pesquisa nacionais (Embrapa, faculdades de agronomia e de engenharia florestal devidamente orientadas na perspectiva epistêmico-política da revolução verde), com a consolidação de um poderoso setor financeiro nacional¹⁸ (Bradesco, Itaú, Unibanco, Real) que, como é sabido, contou com forte apoio institucional internacional (CGIAR,¹⁹ Fundação Rockefeller, Banco Mundial, FAO, BIRD, BID).

A ditadura forjara todo um conjunto de condições gerais de produção, sem o que tornar-se-ia impossível a profunda transformação que se deu no país, a começar com a repressão a todas(os) aquelas(es) que lutavam por Reforma Agrária e, ainda, com a abertura de estradas, com a construção de redes de energia, com a implantação de indústrias de base para o setor, como a agroquímica, além de instituições de pesquisa, como a Embrapa. Não se pode dissociar a profunda imbricação autoritária desse modelo de desenvolvimento por meio do qual a questão agrária brasileira não só se nacionalizou como se mundializou. O novo debate sobre a questão agrária brasileira tem como seus principais protagonistas nos anos 90, de um lado, não mais a oligarquia tradicional a que estávamos habituados, mas o agronegócio e a Associação Brasileira de *Agribusiness* – ABAG²⁰ e, de outro, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Todavia, para surpresa geral, as análises feitas a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra acerca da violência no campo brasileiro vêm demonstrando toda a dimensão política e ideológica que sempre esteve subjacente à revolução nas relações-sociais-e-de-poder-por-meio-da-tecnologia verde: os estados brasileiros onde são maiores os índices de conflitividade; e de violência do poder privado, medidos pelo número de famílias expulsas e de assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais, e mesmo os índices que medem a intensidade da ação do poder judiciário, sobretudo nos estados da federação, medidos pelo número de ordens de prisão e despejo de famílias, são os estados e as regiões para onde se expande o agronegócio (CPT, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2004c). O estado de Mato Grosso, por exemplo, que já é o maior produtor brasileiro de grãos, só em 2003 teve um número de famílias despejadas equivalente a 6,2% de sua população rural. Registre-se que esse estado é governado atualmente pelo maior produtor mundial de soja, o Sr. Blairo Maggy. Como se vê, a violência e a instrumentalização privada do poder público, que sempre marcaram as relações sociais e de poder, sobretudo no campo brasileiro, modernizam-se com o agronegócio, como demonstram contundentemente os dados, para surpresa de todos, inclusive de nós. Os sem-terra passam, nesse con-

¹⁶ Sustento que todo latifúndio é produtivo num sentido muito preciso, qual seja, o de que produz, sempre, uma estrutura social injusta. Desse modo, recuso a distinção economicista entre latifúndio improdutivo e produtivo que vem marcando o debate agrário brasileiro.

¹⁷ Cada vez mais se fala de agro-indústria, e sustento que não se trata de um termo só técnico, embora também o seja.

¹⁸ Onde até mesmo um pequeno banco agrícola do interior de São Paulo, como o Bradesco, se tornará um dos maiores bancos nacionais.

¹⁹ CGIAR – *Consultive Group on International Agricultural Research*.

²⁰ O Sr. Roberto Rodrigues, um dos principais ideólogos da Abag, foi Presidente da entidade até tomar posse como Ministro da Agricultura do Governo Lula, em 2003.



texto, a ser a expressão mais dramática da injustiça social desse modelo, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra vem se constituindo, sobretudo a partir dos anos 90, no principal mediador político dos pobres do campo brasileiro. Tanto o agronegócio, com a Abag, como os pobres do campo, com o MST, são protagonistas da contraditória questão agrária brasileira que se mundializa, seja pelo protagonismo das corporações do *agrobusiness*, que hoje têm no Brasil sua principal frente territorial de expansão, apoiadas no legado histórico do manejo do poder pelas oligarquias latifundiárias nacionais, seja, por outro lado, com o MST, que também se globaliza por meio da Via Campesina.

Antes de passarmos a resenhar, ainda que resumidamente, os principais logros e desafios do MST, consideremos que ele sintetiza, no Brasil, um processo em curso em todo o mundo, que sinaliza os limites atuais do capitalismo em sua fase de globalização neoliberal, em suas dimensões social, política, tecnológica e, sobretudo, territorial.

Para os fins mais específicos que nos levam a entender o significado do MST, cabe assinalar que o novo período que se abre com as políticas de caráter neoliberal e, contraditoriamente, com o ciclo de protestos desde os anos 70 está marcado por aquilo que muitos analistas vêm chamando como a passagem de uma economia (e, acrescentaria, também de uma política) internacionalizada para uma economia (e, mais uma vez, também para uma política) mundializada. Vivemos, assim, uma tensão entre uma economia e uma sociedade que se mundializam e que não encontram um sistema político mundializado ancorado em princípios democráticos e republicanos, porque não contêm a fonte de soberania que lhes emprestariam os movimentos sociais *latu sensu* que lhes são instituintes (MÉSZAROS, 2002). Diante das novas possibilidades de intercâmbio que hoje se abrem para além das fronteiras nacionais, a chamada política externa vem deixando de ser monopólio dos Estados Nacionais e dos sujeitos que se afirmam por meio dele. Outros sujeitos emergem à cena política, e agora, mais do que nunca, os processos emancipatórios colocam-se para além das fronteiras nacionais; novas e complexas relações entre sujeitos e escalas geográficas colocam-se então não de modo abstrato, mas pela ação interessada (BOURDIEU, 1989) dos próprios sujeitos sociais que, assim, se reinventam. Por aqui já vislumbramos a significação do MST e do zapatismo, entre tantos movimentos sociais.

Assim, nem o MST nem qualquer outro protagonista pode ser compreendido fora do processo de reorganização societário em curso no mundo, o que nos obriga a pensar o lugar de cada questão específica, assim como a questão do lugar,²¹ no contexto das transformações mundializadas e de sua complexa imbricação de escalas — entre o local, o regional, o provincial/estadual, o nacional e o mundial; entre a cidade e o campo, entre o que é rural e o que é urbano. O que se passa em escala mundial não é uma soma do que se passa nas escalas local, regional e nacional mas, ao contrário, constitui-se nas suas complexas e multidimensionais relações por meio dos sujeitos que as constituem (ESCOBAR, 2000; HAESBAERT, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2001). Enfim, o lugar de cada escala específica não é o resultado mecânico de nenhuma das escalas.²² De um ponto de vista emancipatório, o MST vem se constituindo como uma das principais expressões dessa nova configuração geográfico-política do mundo, onde o campesinato

²¹ Sublinhemos que as questões que se apresentam para fins analíticos devem ser vistas juntamente com os processos e seus sujeitos que as instituem. Assim, há questão agrária na medida que há aquelas e aqueles que põem o agro em questão.

²² Esclareçamos, para evitar novas reificações, que as escalas não operam a não ser por meio dos sujeitos/grupos/movimentos/classes sociais que as protagonizam. A sobrevalorização da escala supranacional, por exemplo, é reveladora da hegemonia dos sujeitos/grupos/classes sociais que se afirmam a partir dessa escala de ação (PORTO-GONÇALVES, 2001).



se reinventa²³ e tende, cada vez mais, a jogar um papel inovador nas novas configurações territoriais que estão sendo gestadas no mundo contemporâneo.

O MST: logros e desafios da reinvenção do campesinato

A sociedade brasileira passou por profundas transformações com um desenvolvimento capitalista sem precedentes sob a ditadura, conhecido como milagre brasileiro, que, por suas contradições, ensejou que um vigoroso e multifacetado movimento social surgisse no campo como resistência a esse modelo nacional-globalizado. Relembremos que 1970 foi a primeira vez, em nosso censo demográfico, que a população urbana ultrapassou a rural. De lá para cá esse processo de desruralização e suburbanização acentuou-se, ensejando diferentes tensões com a expansão viária e com a construção de barragens, que introduziram no léxico político outros protagonistas, como o Movimento pela Sobrevivência na Rodovia Transamazônica ou na BR-364; os Povos da Floresta, com seringueiros aliando-se a indígenas; o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens; os colonos do sul que, nos anos 1970, experimentavam a condição, nova para eles, de sem-terra; além de indígenas e de quilombolas, enfim, o campesinato e demais trabalhadores rurais, comunidades indígenas e de afrodescendentes que se reinventaram social, cultural e politicamente nesse novo contexto político nacional-globalizado. A partir de então e definitivamente, a *experiência da diferença* estará presente no movimento social do campo brasileiro, constituindo-se num dos seus maiores desafios epistêmico-políticos. A própria experiência da Fazenda Anoni, apontada por muitos como marco da criação do MST, em 1976, é marcada pela experiência da diferença, no caso dramática, posto que vivenciada por famílias de trabalhadores rurais sem-terra expulsos do território indígena que haviam ocupado. Ali, de fato, constitui-se a primeira romaria da terra, com colonos vivenciando a experiência de uma fronteira que se fecha e, no caso, pela afirmação dos direitos dos povos indígenas que ali já se manifesta. Desde então, não só os sem-terra mas também os povos indígenas passarão a desempenhar um destacado papel na problemática agrária brasileira ao protagonizarem lutas por demarcação dos seus territórios.

Talvez uma das mais ricas contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra seja exatamente essa da experiência da diferença que, todavia, é bom que se registre, até mesmo pela novidade e pela envergadura do desafio de que se reveste, não está livre de contradições.

Essa mesma experiência da Fazenda Anoni, numa escala geográfica mais ampla, será vivenciada na Amazônia por populações vindas de todo o Brasil, com a crescente mobilidade da população ensejada pelo modelo de desenvolvimento, a partir dos anos 60. A construção de rodovias como a Belém-Brasília (1962), a Transamazônica (1970), a BR-364 (ligando Cuiabá-MT a Porto Velho-RO e a Rio Branco-AC), a BR-173 (de Cuiabá para o Norte e hoje já chegando a Santarém-PA) e a BR-174 (ligando Manaus-AM a Boa Vista-RR e daí a Caracas, na Venezuela), assim como várias obras de integração ao capitalismo nacional-globalizado, como as hidrelétricas de Balbina e de Tucuruí, na Amazônia, e de Itaipu, no sul do país, ensejarão a experiência da diferença, quase sempre vivida de maneira dramática, como bem expressaria, já em 1971, o Bispo da Prelazia de São

²³ Talvez não haja formação social em que a expressão "reinvenção" seja tão redundante quanto no campesinato. Afinal, foi múltipla a sua convivência com outras formações envolventes ao longo da história.





Félix do Araguaia, Pedro Casaldáliga, em seu documento *Uma igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e com a marginalização social*. É desse cenário que, em 1975, sairá a CPT – Comissão Pastoral da Terra.²⁴ Assim como a expansão da fronteira se fechava no Sul, na Fazenda Anoni, o cerco também se fechava no Norte, na Amazônia. Muitos dos colonos gaúchos que foram para a Amazônia protagonizarão movimentos sociais na própria região — Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (José Geraldo e Ailton Faleiro), Projeto RECA, na BR-364, na fronteira do Acre com Rondônia —, assim como muitos dos *retornados*²⁵ se engajarão na criação do MST, já nos anos 80. Embora muitos autores afirmem a forte presença dos sulistas na formação do MST, é fundamental que resgatem a presença, desde o início, de diferentes experiências, sobretudo daquela que, via CPT, vem do Centro Oeste e da Amazônia, em que se destaca a região do Bico do Papagaio (entre Maranhão, Pará, Tocantins e Mato Grosso), onde os conflitos assumem características dramáticas de violência. Dessas múltiplas experiências é que surgirá o MST, buscando conformar um projeto nacional a partir do campo brasileiro num contexto cada vez mais mundializado.

Um dos objetivos centrais do MST na luta pela reforma agrária é a luta contra o latifúndio enquanto fonte que sustenta uma estrutura de poder extremamente desigual que, no Brasil, adquire enorme importância exatamente pela extrema concentração fundiária. Já vimos como, ao contrário do que muitos vêm assinalando (NAVARRO, 2002a), o latifúndio vem não só se fortalecendo com a modernização agrícola, como mantendo as mesmas práticas autoritárias e violentas (CPT, 2005) que sempre caracterizaram nossa formação social. A centralidade e a atualidade dessa luta são, portanto, um dos maiores acertos do MST na sua estratégia política, que vem sendo posta em prática por meio de ocupações de terra e, desde 2000, por meio também de acampamentos.²⁶ O acerto da estratégia, todavia, longe está de significar êxito, como demonstram a lentidão da Reforma Agrária, mesmo no Governo Lula, e o aumento da concentração fundiária no país, apesar do sucesso localizado das ações do MST. Muito embora, como reconhecem seus próprios críticos,

a necessidade de mudar a estrutura de propriedade da terra estivesse inscrita na agenda política brasileira há longo tempo e alguns governos, na história do país, adotassem posturas favoráveis à implantação de programas de reforma agrária, o fato é que a multiplicação de assentamentos, em número crescente e sem precedente, nos últimos cinco anos relaciona-se diretamente às pressões realizadas pelo MST (e, em alguns Estados, pelo movimento sindical de trabalhadores rurais) [...] (NAVARRO, 2002a, p. 213).

E o mesmo autor vai mais longe quando afirma que

as ocupações de terra, com efeito, têm sido decisivas para impulsionar o programa de reforma agrária. Girando em torno de 100 ocupações, em todo o país, nos primeiros anos da década de 1990, cresceram exponencialmente a partir de 1996, quando atingiram 398 ocupações, chegando a quase 600 dois anos depois, com pequena queda nos anos mais recentes (*Ibidem*, p. 213),

²⁴ Observe-se que o primeiro coordenador nacional da CPT foi o bispo D. Moacir Grechi, da Prelazia do Acre-Purus, nascido em Santa Catarina.

²⁵ Foi criado até mesmo o neologismo de *matucho*, para expressar os muitos gaúchos retornados do Mato Grosso.

²⁶ Com a legislação criada no governo FHC de proibir a desapropriação das terras ocupadas, o MST passou a fazer uso de uma nova tática, com acampamentos à beira da estrada ou por meio de ocupações de terras próximas daquelas a cuja desapropriação visava.





voltando a crescer nos dois últimos anos do governo FHC e, principalmente, nos dois primeiros anos do governo Lula (para dados mais atualizados ver CPT, 2004 e 2005 ou consultar <http://www.mst.org.br>). Além de manter a Reforma Agrária como tema no cenário político brasileiro, o que já não é pouco em face das múltiplas estratégias de esvaziar sua centralidade e atualidade na conformação de uma sociedade mais justa e democrática, o MST com seus assentamentos²⁷ e demais atividades, como cooperativas²⁸ e escolas,²⁹ vem sendo responsável por dinamizar economicamente regiões antes

²⁷ Segundo Horácio Martins Carvalho (2002, p. 251), "até o final do ano 2000 havia aproximadamente 250.000 famílias em cerca de 1.500 assentamentos que se identificavam com o MST. Isso significou uma área libertada do poder dos capitalistas de sete milhões de hectares".

²⁸ Ainda segundo o mesmo autor, "nesses assentamentos, até junho de 2001, foram constituídas e estão em operação 49 Cooperativas de Produção Agropecuária – CPA (regime coletivista) abrangendo 2.299 famílias, 32 Cooperativas de Prestação de Serviços – CPS envolvendo 11.174 famílias, e mais sete cooperativas, sendo duas de créditos, duas de trabalho e três de pequenos produtores, totalizando esse conjunto de cooperativas 13.473 famílias envolvidas. Estão em operação nesses assentamentos 70 unidades agroindustriais do SCA – Sistema de Cooperativismo dos Assentamentos, e mais 27 em projeto. Paralelamente ao SCA, foram constituídas centenas de associações de produtores induzidas pelas políticas públicas como indispensáveis para o recebimento de créditos rurais subsidiados" (CARVALHO, 2002, p. 251).

²⁹ "Nos assentamentos, em julho de 2000, havia 1.800 escolas de ensino fundamental (1ª à 4ª série) com 3.800 educadores e 150 mil estudantes; 1.200 educadores de jovens e adultos e 25.000 educandos jovens e adultos; 250 cirandas infantis (nome dado pelo MST às creches) e 25 trabalhadores rurais sem-terra cursando medicina em Cuba, além de dezenas de outros cursando escolas de nível superior no Brasil. O MST mantém, por intermédio do setor de educação, seis cursos de formação de educadores e técnicos, três escolas de ensino médio em áreas de gestão de cooperativas e organização da produção, e um curso supletivo de 1º e 2º graus. O MST estabeleceu convênios em acordos com 25 universidades, entre públicas e privadas, para a realização de diferentes tipos de cursos" (CARVALHO, 2002, p. 255) e, em janeiro de 2005, fundou sua própria universidade, a Florestan Fernandes, em Guararema, São Paulo.

adormecidas, com a chegada da organização dos sem-terra e seus líderes, ou seja, por um novo conjunto de "agricultores-tornados-dirigentes-municipais", que passaram a pressionar mais intensamente as instituições locais, interferindo mais incisivamente na implantação das políticas governamentais e, em especial, passando a exercer maior vigilância sobre as práticas políticas. Essas pequenas regiões subnacionais revitalizadas são inúmeras, espalhadas em quase todo o Brasil, respondendo pelo nascimento de um conjunto de famílias rurais participativas e, em consequência, contribuindo para a democratização de seus respectivos municípios. Como resultado, a multiplicação dos assentamentos em praticamente todos os Estados tem provocado, especialmente, a renovação política desses rincões rurais, democratizando-os lentamente e produzindo novas práticas sociais, antes comandadas especialmente pelos grandes proprietários rurais (NAVARRO, 2002a, p. 212-213).

Consideremos, ainda, o número de pessoas que encontram acesso à terra nesses assentamentos para que tenhamos uma idéia de como o MST vem, também, contribuindo para não engordar as dramáticas cifras de desemprego nas cidades, não por falta de dinamismo da economia mas, ao contrário, pelo novo dinamismo derivado da revolução nas relações-sociais-e-de-poder-por-meio-da-tecnologia (telemática, robótica, nanotecnologias e biotecnologias).

O fato de diferentes segmentos sociais, como arrendatários, assalariados rurais, posseiros, sem-terra e camponeses variados (geraizeiros no Norte de Minas, mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão e Tocantins, retireiros no Araguaia, seringueiros na Amazônia), viverem todos, de diferentes modos, conflitos com o capital nacional-globalizado coloca-os frente ao desafio de unificarem suas lutas. Eis o que, talvez, seja o maior desafio a ser enfrentado por esses diferentes grupos/classes/camadas sociais que, assim, exigem mediadores criativos e com clareza desse duplo movimento entre a diversidade e a unidade na luta pela igualdade e pela diferença. O MST vem vivendo essa experiência, como não poderia deixar de ser, de modo contraditório. Sublinhe-se, para evitar mal-entendidos, que a caracterização como contraditório não é juízo de valor. Mais ainda, sustentarei que qualquer tentativa de unificação de formações sociais tão distintas como as que se dão no campo, e não só no seio do próprio campesinato, será sempre contraditória, conforme bem demonstrou Pierre Anderson (1984) na formação absolutista do Estado Moderno. Esse é o desafio e, diria, também a qualidade que a nova questão agrária e os diferentes movimentos sociais no campo trazem e que o MST vem contraditória e criativamente buscando construir, qual seja, trazer a diferença para o centro do debate político de modo radical e não simplesmente retórico,





tão ao gosto dos pós-modernos (ANDERSON, 1984; PORTO-GONÇALVES, 2001). Assim, para além da caracterização do MST como “um tipo de sociedade em rede com identidade social de projeto” (CARVALHO, 2002) ou como a daqueles que tentam desqualificá-lo pela “mobilização sem emancipação” (NAVARRO, 2002b) ou pela ideologia dos seus dirigentes, que “sonham com a tomada do Palácio de Inverno” (*ibidem*), estamos, ao contrário, diante de uma questão muito mais profunda do que de organização política, que, aliás, tende a ser um tema do campo dos mediadores, com toda sua violência simbólica característica,³⁰ porque há uma tensão permanente entre a diversidade das temporalidades de cada uma dessas formações sociais e, ao mesmo tempo, a necessidade da unidade posta pelo capital nacional-globalizado. O MST vem mantendo uma criativa capacidade de organização nacional dessas lutas, o que sempre implica unificar temporalidades distintas, e, com frequência, tensões e contradições se manifestam. A própria multiplicação de siglas de entidades no campo brasileiro é uma das expressões não só da luta entre mediadores, mas também dessa permanente tensão entre a diversidade e a unidade.³¹ Muitas delas surgem, inclusive, nas divergências com o MST e não somente por professar ideologias que algum mediador julgue não conveniente. A necessidade de unidade dessas lutas, o que nos parece óbvio, não pode se tornar uma virtude em si mesma, sob pena de matar a diversidade, principal riqueza do campesinato e das diferentes formações sociais do mundo rural que, cada dia mais, se enriquece com novos protagonistas, como o indigenato (Darci Ribeiro) no Equador, na Bolívia e na Guatemala ou como os afrodescendentes e quilombolas no Brasil (*pallenque* na Colômbia e no Panamá). Observe-se que o MST se desenvolve sobretudo num momento de crise tanto dos partidos de esquerda, como das organizações em torno das quais havia construído sua cultura política, como os sindicatos. Há um legado teórico da esquerda do qual o MST se apropria, como pode ser visto em seus documentos e nos livros de suas principais lideranças. Todavia, enquanto movimento social, o MST tem também mantido uma rica e ambígua, alguns diriam dialética, relação entre a institucionalidade e a autonomia, entre a reforma e a revolução, para nos manter no escopo discursivo do campo da esquerda. No lugar de visar à tomada do poder, como alguns intelectuais, quase sempre ex-assessores do movimento, afirmam (NAVARRO, 2002b), o MST tem assumido a mundana e contraditória tarefa de criar espaços de vida própria, de autonomia nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos, por meio de cooperativas e escolas, recuperando as melhores tradições anarquistas (Universidades Livres, por exemplo). A evidência empírica mostra que ele não está esperando “a tomada do Palácio de Inverno” mas sim, criando espaços de vida, já aqui e agora, embora suas lideranças não deixem de acalentar sonhos maiores. Ao mesmo tempo, o MST vem conclamando outros segmentos da sociedade a se mobilizarem, não só porque “a reforma agrária é uma luta de todos”, como seu *slogan* afirma, como também vêm se colocando explicitamente temas de interesse geral, como na recente Marcha a Brasília, em maio de 2005 (Ver Box 1 ou consultar <http://www.mst.org.br>).

Uma nova configuração da questão agrária está em curso e novas questões têm se apresentado ao debate, como é o caso dos organismos laboratorialmente modificados

³⁰ É preciso estar atento para um fato presente nas principais críticas feitas ao MST, entre as quais se inscrevem as de José de Souza Martins (2003) e Zander Navarro (2002a, b) que, independentemente da qualidade intelectual que já demonstraram em outras situações, revelam um forte componente emocional que, em parte, pode ser explicado pelo fato de terem sido assessores do movimento, condição que, por razões diversas, perderam. Criticar o MST, como fez recentemente José de Souza Martins (2003), por dar o nome de Florestan Fernandes à sua recém-criada universidade, chega a ser pueril.

³¹ As 471 ocupações de terra efetuadas em 2004 contaram com nada mais nada menos que 49 entidades diferentes. O MST participou em 57% desse total, sendo de longe a entidade de maior protagonismo. Todas as outras 48 entidades somadas foram responsáveis por 43% do total, segundo o DATALUTA.



que, mais uma vez me vejo obrigado a dizer, são mais do que um tema controvertido, como assinala Navarro (2002a, p. 211). Trata-se de um tema estratégico para todos os envolvidos nas lutas emancipatórias, sobretudo no campo. Afinal, esse tema não pode ser resumido ao debate acerca da poluição do ambiente, em si mesmo importante, na medida que diz respeito à possibilidade real, que hoje e pela primeira vez na história da humanidade se coloca, de separar a produção do alimento da sua reprodução por meio das sementes industrializadas (SHIVA, 2001). É, portanto, um tema rigorosamente vital para todos os que se colocam numa perspectiva emancipatória e, assim, é muito mais do que um tema controvertido.³² O envolvimento do MST e da Via Campesina nesse tema torna-o estratégico, e não só para eles mesmos, mas para toda a humanidade. Toda a questão da qualidade do alimento, cada dia mais, se coloca até mesmo em função de rupturas nas cadeias alimentares das quais acreditávamos, enquanto seres humanos, poder escapar. Desde o acidente na Baía de Minamata no Japão, em 1951, aos recentes casos da vaca louca, da tuberculose asiática ou da gripe do frango, a natureza volta a adquirir centralidade no debate do devir histórico e, com isso, traz para o centro da cena uma série de sujeitos sociais que acreditávamos estarem fadados à extinção e que emergem dos campos, dos cerrados, das florestas, dos mangues e dos povos que teceram suas matrizes de racionalidade com esses ambientes. Aliás, essas populações são hoje detentoras de um acervo de conhecimento diversificado, um dos mais ricos patrimônios da humanidade, e habitam os maiores acervos de biodiversidade, posto que são áreas que ficaram a salvo das monoculturas e de sua pobre diversidade genética,³³ típicas da agricultura capitalista. A questão agrária então se urbaniza, e uma internacional camponesa como a Via Campesina, da qual o MST é um dos principais protagonistas, faz sentido. Há, assim, um linha que aproxima tanto a Monsanto ao McDonald como, contraditoriamente, os agricultores franceses ao MST, aos camponeses e indígenas hondurenhos, aos zapatistas, aos cocaleros, aos mapuche, aos indigenatos equatorianos e mexicanos, aos piqueteros, aos sem-teto...

³² Aliás, é bom que se diga, que o tema é controvertido porque há sujeitos que colocam diferentes versões contrárias, não havendo, assim, consenso sobre ele. O MST e a Via Campesina, assim como vários cientistas e intelectuais em geral, têm sido a contraparte que, por seu lado, contribui para a controvérsia.

³³ É essa pobreza genética que torna os agroecossistemas monocultores vulneráveis a insetos e ao que chamam de pragas daí o consumo de todo o pacote de inseticida, fungicida, praguicida, assim dependente do consumo de energia importada. Em regiões tropicais, onde é enorme a insolação, isso significa abandonar a disponibilidade de energia solar direta, enfim, a fotossíntese, que bem poderia ser mais bem aproveitada se houvesse um diálogo de saberes e não, a colonialidade que, ainda, se impõe e que nega o valor dessas outras matrizes de racionalidade que se construíram com e não contra a natureza.

Referências bibliográficas

- | | | | |
|--|---|--|--|
| AMIM, Samir. O capitalismo e a nova questão agrária. In: FÓRUM DO TERCEIRO MUNDO, Senegal. [s.n.t.]. Disponível no site "Planeta Porto Alegre". Acesso em: 03 nov. 2003. Ver também < http://resistir.info/samir/pobreza_mundial.html >. | ANDERSON, Pierre. <i>Linhas do estado absolutista</i> . Porto: Afrontamento, 1984. | emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). <i>Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 233-260. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos). | CASTRO, Josué. <i>Geografia da fome</i> . Brasília: Griphus, 1996. |
| | BOURDIEU, Pierre. <i>O poder simbólico</i> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. | | CPT – Comissão Pastoral da Terra. <i>Conflitos no campo: Brasil 2003</i> . Goiânia: CPT, 2004. |
| | CARVALHO, Horácio Martins. A emancipação do movimento de | | CASTRO, Josué. <i>Conflitos no campo: Brasil 2004</i> . Goiânia: CPT, 2005. |



- ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo? In: LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 113-144.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da des-territorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- IBARRA, Carlos Figueroa. Cultura del terror y guerra fría en Guatemala. In: ELÍZAGA, Raquel Sosa (Org.). *Sujetos, víctimas y territorios de la violencia en América Latina*. México, D.F.: Universidad Autónoma de la Ciudad de Mexico, 2004. p. 33-66.
- KAROL, Eduardo. *Território e territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – F.A.S.E.*: estudo sobre território e organização não-governamental. 2000. . Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 189-232. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos).
- NAVARRO, Zander. O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho). In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. p. 261-282. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos).
- NOVAES, Regina. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 6, p. -, jul. 1996.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira*. Brasília: Ibama, 2004a.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004b.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Violência e democracia no campo: o que dizem os dados de 2003. In: CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo: Brasil 2003*. Goiânia: CPT, 2004c. p. 9-26.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Ester; SADER, Emir (Org.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 217-256.
- RETAMAR, Roberto Fernández. *Todo caliban*. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 apud TASSO, Pablo. Occidente: paradigma de civilización brutal. In: ELÍZAGA, Raquel Sosa (Org.). *Sujetos, víctimas y territorios de la violencia en América Latina*. México, D.F.: Universidad Autónoma de la Ciudad de Mexico, 2004. p. 17-32.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos).
- SHIVA, Vandana. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- TASSO, Pablo. Occidente: paradigma de civilización brutal. In: ELÍZAGA, Raquel Sosa (Org.). *Sujetos, víctimas y territorios de la violencia en América Latina*. México, D.F.: Universidad Autónoma de la Ciudad de Mexico, 2004. p. 17-32.



Box 1 Para pensar alternativas ao desenvolvimento

Para desenvolver a Inglaterra foi necessário o planeta inteiro.

O que será necessário para desenvolver a Índia? (GHANDI)

Há um senso comum, em boa parte estimulado pelo que poderíamos chamar de senso comum científico, de que a humanidade caminha em direção à urbanização. É o que está subjacente à idéia de desenvolvimento, tanto na matriz liberal como em setores que se pretendem seus críticos, como as correntes hegemônicas marxistas.³⁴ Já é grande a literatura que, sobretudo desde os anos 50, vem questionando essa idéia, muito embora grande parte dela se faça em torno da busca de alternativas de, e não ao, desenvolvimento. Todavia, estatísticas recentes da ONU dão-nos conta de que, em 2001, mais da metade da população mundial (53%) era rural; é isto mesmo: em 2001, somente 47% da população mundial era urbana (ONU, 2003). A despeito de toda a celeuma sobre esses conceitos que, decerto, devem ser sempre historicizados, esses dados surpreendem. É certo que essa distribuição rural/urbana é extremamente desigual segundo os continentes, as regiões e os países, dir-nos-ão alguns. Todavia, o que nos instiga é o fato de que, mesmo depois de 200 anos de intenso desenvolvimento capitalista no mundo e mesmo sob a forte ideologia urbano-industrial eurocêntrica, mais da metade da população mundial viva na área rural. Tanto a mídia como a própria academia, entretanto, ainda pensam o destino da humanidade ignorando esses dados, como se a população mundial fosse, simplesmente, *ainda* rural, onde a atenção recai no *ainda*. Assim, independentemente do que se passa no mundo, já se tem de antemão um destino que a humanidade inelutavelmente haverá de seguir, qual seja, o destino das sociedades urbano-industriais da matriz epistêmico-política européia norte-ocidental.

A questão torna-se ainda mais intrigante quando se nota que a maior parte da população urbana do mundo não está ali onde se imagina que esteja, ou seja, na Europa, nos EUA ou no Japão. Ao contrário da ideologia urbano-industrial eurocêntrica, 70% da população urbana mundial está na Ásia, na África e na América Latina, e, desse modo, o *urbano realmente existente* é muito diferente daquele prometido pela ideologia progressista eurocêntrica. Enfim, mais de 2/3 dos urbanos do mundo vivem um cotidiano dramático nas favelas e *vilas-misérias* da Cidade do México, de São Paulo, de Bogotá, de El Alto-La Paz, de Caracas, do Rio de Janeiro, de Quito e até mesmo de Buenos Aires, para ficarmos somente com exemplos de *Nuestra América*.

Samir Amim oferece-nos um quadro das classes sociais urbanas no mundo que nos sinaliza para a gravidade das contradições que ora atravessamos.

³⁴ Aqui, no plural mesmo, para indicar que há, dentro do marxismo, correntes que escapam a essa tradição.





Classes sociais da população urbana mundial

(milhões de habitantes)

	Centro	Periferia	Mundo
Classes Médias e Ricas	330	390	720
Classes Populares			
Estabilizados	390	330	720
Precários	270	1.290	1.560
Total Classes Populares	660	1.620	2.280
Total Geral	990	2.010	3.000

Fonte: AMIM, 2003.

Os dados de Samir Amim confirmam os da ONU quanto à distribuição rural/urbana e quanto aos 2/3 de urbanos morando na periferia do sistema capitalista mundial. E, para além da miséria e da precariedade das populações dos países da periferia, verdade tão salientada como confirmada pelos dados acima, é preciso destacar que 54% das classes médias e ricas do mundo estão nos países da periferia e não, nos países centrais, como se quer fazer crer (390 milhões contra 330 milhões). Assim, as classes médias e ricas da periferia do sistema capitalista mundial não são simplesmente acessórias para a reprodução das assimétricas relações sociais e de poder que conformam o mundo contemporâneo, se não por outras razões, pela demanda solvável que constituem, apesar de não terem a hegemonia cultural e ideológica e, talvez exatamente por isso, serem tão propícias a aderir à ideologia de ser “de primeiro mundo”, como vulgarmente se diz. Ainda assim, 270 dos 990 milhões de urbanos dos países centrais, ou seja (27%), são trabalhadores precários, a maior parte deles, sabemos, imigrantes dos países da periferia. E nos países da periferia, apesar de aí estarem 54% das classes médias e ricas urbanas do mundo, 64% de seus urbanos são formados por trabalhadores precários, o que talvez nos ajude a entender as dificuldades, nesses países, de regimes políticos fundados em princípios como os de igualdade e cidadania, característicos das democracias liberais, ou de interesse público, como nos regimes republicanos. A ordem política mundial, vê-se, joga um papel insubstituível, embora não exclusivo, na sustentação das elites e classes dominantes nos países da periferia, na medida que estas não conseguem tornar seu poder legítimo, enfim, exercer a hegemonia (Gramsci) dentro de seus próprios países.³⁵

Ao contrário da velha cantilena do fim do campesinato e dos preconceitos à esquerda e à direita ainda cultivados, vemos hoje a criação de uma internacional camponesa, a Via Campesina, impensável nos marcos teórico-políticos até aqui dominantes. Assim, aqueles que estariam fadados ao desaparecimento — os camponeses, os indígenas, os afrodescendentes — vêm à cena, exigindo o direito à voz e recusando a condenação a que haviam sido submetidos à sua própria revelia. Numa época em que a água, o solo, a diversidade biológica (as plantas e os animais) passam a ser objeto de intenso debate político, aquelas(es) que desenvolveram seus conhecimentos em contato com a vida ganham uma importância que, até aqui, lhes foi negada por uma colonialidade do saber que sobreviveu ao colonialismo. Tudo isso nos obriga a repensar a geografia imaginária do poder que nos conforma.

³⁵ E a ordem política mundial, sabemos, não se baseia nos mesmos princípios do que se convencionou chamar de sociedade civil, até porque nessa escala internacional o Estado é o ente político por excelência. Lembremos que a ordem política mundial tem como sujeito instituinte, desde Vestfália (1648), o Estado-Nação e não, as nações e seus povos. À época, na própria Europa, o soberano era o Rei e não, o povo. O povo só adentraria à Política como ente soberano com as revoluções americana (1776) e francesa (1789).



Box 2 O MST e o governo Lula

A chegada de Lula da Silva ao governo, em 2003, trouxe a expectativa de que, afinal, a reforma agrária seria feita para além das retóricas com que a questão sempre fora tratada. Desde então, a temperatura política no campo subiu, como pode ser visto pelo aumento do número de conflitos, de pessoas assassinadas (73, em 2003, e 68,³⁶ em 2004) e de famílias despejadas, que, só em Mato Grosso, foi equivalente a 6,2% de toda a população rural no ano de 2003. Além disso, assinala-se, as ações de violência institucionalizada pelo poder judiciário, sobretudo nas unidades estaduais (provinciais), por meio de prisões e de ordens judiciais de despejo aumentaram em níveis muito maiores que as ocupações de terra. Todos esses números se colocam entre os maiores, desde que a CPT começou, em 1985, a fazer registros sobre a violência no campo. Aumentou não só o número de acampamentos e de ocupações³⁷ feitas pelos que lutam por reforma agrária como, sobretudo, a violência dos grandes proprietários, principalmente nas áreas da agricultura mais moderna (Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, sul do Maranhão, oeste da Bahia, norte do Espírito Santo). O governo Lula, por seu lado, vem tomando o agronegócio como um dos seus pilares de sustentação, tendo até mesmo nomeado o Presidente da Associação Brasileira de *Agribusiness*, o Sr. Roberto Rodrigues, para Ministro da Agricultura e o Sr. Luis Fernando Furlan, proprietário de uma das maiores empresas brasileiras do setor agroindustrial, a Sadia, para seu Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O governo Lula também assumiu posições contrárias às dos que lutam pela reforma agrária em questões estratégicas, como a que culminou na liberação do plantio e comercialização de produtos transgênicos e, ainda, com a demissão do Sr. Clayton Campanhola da Presidência da Embrapa,³⁸ que tinha compromisso com um desenvolvimento tecnológico com sentido democrático, já que voltado para a agricultura familiar, e a nomeação do Sr. Sílvio Crestana, cuja proposta vai na perspectiva da busca de competitividade internacional, no melhor jargão produtivista e economicista do *agrobusiness*. São, ainda, exageradamente desproporcionais os recursos públicos destinados aos poucos grandes empresários do setor do *agrobusiness* vis-à-vis os destinados aos milhões de pequenos produtores, conforme dados oficiais do orçamento da União (cerca de R\$28 bilhões contra aproximadamente US\$4,5 bilhões em 2004).

Tudo indica que há uma crença do governo Lula na possibilidade de convivência entre o *agrobusiness* e a reforma agrária. Os dados e fatos acima não corroboram essa hipótese, bastando observar que a violência tem sido maior exatamente nas áreas mais modernas e, ainda, o fato de a intensidade da ação do poder judiciário crescer proporcionalmente mais que as ocupações e o número de conflitos. Várias situações, algumas vividas pessoalmente pelo próprio Presidente Lula, sinalizam essa contradição, como, por exemplo, aquela em que o Presidente, ao visitar, em finais de 2004, um acampamento no sul da Bahia, o *Lulão*, se comprometeu, em um discurso emocionado, com o pronto assentamento daquelas famílias. Ao sair do *Lulão*, o Presidente visitou, na mesma região, um dos maiores grupos empresariais do setor de papel e celulose, a Veracel do Grupo Aracruz. Ocorre que o órgão do governo responsável pelo setor da reforma agrária, o Incra, se diz sem recursos

³⁶ Incluo aqui os 29 garimpeiros invasores das terras indígenas assassinados pelos índios Pacaás Novos, na fronteira entre Mato Grosso e Rondônia.

³⁷ Em 2005, segundo o MST, existem cerca de 200.000 famílias acampadas e 350.000 famílias assentadas.

³⁸ Embrapa – Empresa Brasileira de Agropecuárias, uma instituição nacional reconhecida mundialmente pela excelência de suas investigações científicas e, principalmente, tecnológicas.





financeiros³⁹ para comprar terras para fazer o assentamento definitivo dos que vivem no *Lulão*, não só pelos escassos recursos⁴⁰ destinados ao órgão como, principalmente, pelo fato de o preço da terra ter subido exponencialmente com a expansão das empresas de papel e celulose na região. E assim tem sido em diferentes regiões.

Tudo isso, aliado aos números acanhados de assentamentos de famílias nos dois primeiros anos do governo Lula, levou o MST a desencadear, em 2005, uma nova fase de mobilização, cujo momento de maior visibilidade foi a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, que chegou a Brasília em 17 de maio. O MST abandonou a proposta de pressionar o governo a assentar 1.000.000 de famílias, conforme promessa na campanha eleitoral, e acordou com o governo um novo compromisso de assentar 430 mil famílias até o seu final. Todavia, nem mesmo esse novo compromisso vem sendo cumprido.⁴¹

No documento entregue pelo MST ao governo na recente marcha, destaco sete pontos, não só por nos ajudarem na compreensão da leitura que o movimento vem fazendo do passado como pelo que apontam para o futuro, a saber:

- (1) o fato de o movimento, mesmo depois da tão decantada modernização do campo brasileiro, ainda ter de reivindicar a punição de assassinos de trabalhadores rurais e
- (2) a nova amplitude que a luta pela reforma agrária vem assumindo, com a exigência de demarcação das terras indígenas e daquelas das populações afrodescendentes em seus territórios de liberdade — os quilombos. Esse fato realmente inovador terá, sem dúvida, enormes conseqüências, até porque as elites brasileiras têm como política anti-reforma agrária; a colonização, ou seja, a expansão para terras supostamente vazias nas áreas consideradas como fronteiras, o que não corresponde à realidade posto que são ocupadas pelos povos originários (indígenas) e pelos quilombolas. Destaquem-se, ainda, as propostas de democratizar a democracia, para usar a bela expressão de Boaventura de Sousa Santos (2002), não só ao reivindicar
- (3) a democratização dos meios de comunicação (“a reforma agrária do ar”) mas, principalmente, ao assumir a luta pela combinação da democracia representativa com a democracia participativa, cuja importância Norberto Bobbio já salientara, através da
- (4) exigência de regulamentação dos plebiscitos e de outros processos de iniciativa popular. A experiência venezuelana de reinvenção democrática é, nesse sentido, alvissareira e sem dúvida constitui-se numa das mais importantes iniciativas contra as tradições clientelísticas, patrimonialistas e populistas. O documento entregue pelo MST, além de pautar questões globais diretamente ligadas ao mundo rural, como
- (5) a luta contra os organismos laboratorialmente modificados (mais conhecidos como transgênicos), torna mais uma vez públicas as buscas que o MST, por meio da Via Campesina, vem fazendo no sentido de se associar às lutas de povos oprimidos, vide sua participação junto aos palestinos, e também alerta para
- (6) as contradições da própria política externa do governo Lula, sobretudo para sua equivocada presença militar no Haiti. Enfim, o MST, talvez como o mais importante movimento social organizado em torno do campesinato e dos demais grupos sociais

³⁹ No processo de negociação iniciado quando o MST se pôs em marcha em maio de 2005 consta a contratação de 4.000 funcionários para o Incra, reivindicação que vem sendo sistematicamente negada pela área financeira do governo.

⁴⁰ Dos R\$3,7 bilhões destinados ao Ministério da Reforma Agrária, R\$2 bilhões estavam bloqueados em maio de 2005 pela área financeira do governo para garantir *superavit* fiscal.

⁴¹ Em 2003 o governo havia se comprometido a assentar 60.000 famílias e assentou somente 36.000. Em 2004, havia o compromisso de assentar 115.000 famílias, e só foram assentadas 81.200. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 maio 2005.





e étnicos do campo, vem se apresentando junto com outros movimentos, por meio da Via Campesina, como guardiões do patrimônio de condições naturais de reprodução material e simbólica que são vitais para a humanidade, entre as quais se inscrevem as suas

(7)lutas pela água e pela preservação da fertilidade do solo, da riqueza da diversidade biológica e de seus cultivares.

Como se vê, estamos diante de novos protagonistas na cena política global, protagonistas estes com inscrições local/regional muito bem definidas e que sinalizam para uma nova configuração da escala nacional num contexto mundializado.

Box 3 **A marcha a Brasília, maio de 2005**

O QUE PRECISA SER FEITO PARA MUDAR A VIDA DO POVO!

Propostas do MST, da Via Campesina e dos Movimentos Sociais ao Governo Lula e para a sociedade brasileira debater

No meio rural, na agricultura camponesa e na agricultura brasileira

1. Cumprir a meta de assentar, até final do mandato, 430 mil famílias sem-terra, conforme prometido no Plano Nacional de Reforma Agrária.
2. Implementar um programa de instalação de agroindústrias nos assentamentos e de crédito especial para a reforma agrária.
3. Defender a Amazônia e a biodiversidade brasileira contra os interesses das transnacionais e impedir o processo de privatização da água.
4. Garantir o princípio da precaução e impedir a liberação do plantio comercial de qualquer semente transgênica, antes que se tenha pesquisa de suas conseqüências para o meio ambiente e para a saúde das pessoas.
5. Punir exemplarmente todos os fazendeiros responsáveis pela violência contra os trabalhadores, federalizar o julgamento dos processos de assassinato e aprovar imediatamente a lei de expropriação das fazendas com trabalho escravo.
6. Demarcar imediatamente todas as áreas indígenas, conforme determina a Constituição, apoiar e valorizar a cultura dos povos indígenas e regulamentar todas as terras quilombolas.



Na política econômica

7. Aplicar os 60 bilhões de reais do superávit primário anual, que é dinheiro do povo recolhido através dos impostos, em investimentos que gerem emprego para todos, em moradia popular, em saúde pública e em educação gratuita para todos os jovens; implementar programa para erradicar o analfabetismo em nossa sociedade.
8. Baixar as taxas de juros reais (Selic) para o mesmo nível praticado nos Estados Unidos e em países vizinhos, como Venezuela e Argentina, ou seja, 2,5% ao ano e não, os 19,50% cobrados agora, que só dão lucro aos bancos.
9. Aumentar o valor real do salário mínimo e o valor da aposentadoria para 454 reais mensais, em maio de 2005, e 566 reais, em maio de 2006, visando a distribuir renda e a melhorar as condições de vida dos mais pobres, honrando assim compromisso assumido pelo governo de dobrar o poder de compra do salário durante seu mandato.
10. Recuperar os controles governamental e público sobre o Banco Central e sobre a política monetária, impedindo a autonomia do banco, como querem e estão fazendo os banqueiros e o FMI.
11. Não assinar o acordo da ALCA e não aceitar regras da OMC que afetem a economia brasileira, mantendo apenas acordos comerciais que possam beneficiar o povo.
12. Realizar uma auditoria pública da dívida externa, como determina a Constituição, e renegociar seu valor, pois já a pagamos diversas vezes, usando esses recursos em educação, conforme proposta da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação); renegociar a dívida pública interna, alongando seu pagamento sem prejudicar o orçamento da União.

Na política em geral

13. Mobilizar as bancadas no Congresso Nacional para aprovar a regulamentação do Plebiscito Popular (projeto de lei 4718/2004, apresentado pela OAB e pela CNBB), para que o povo possa decidir sobre as questões fundamentais que lhe dizem respeito.
14. Democratizar o uso dos meios de comunicação de massa no País, revendo as concessões políticas e liberando o uso das rádios e tevês comunitárias.
15. Condenar em todos os organismos internacionais a política de guerra e de violação de direitos humanos do governo Bush, exigindo a retirada das tropas estadunidenses do Iraque; retirar imediatamente as tropas brasileiras do Haiti.
16. Promover um verdadeiro mutirão nacional, debatendo, junto à sociedade, um projeto de desenvolvimento nacional que garanta soberania nacional e defina como prioridade a garantia de trabalho para todos, o combate da desigualdade social e uma verdadeira democracia política.

artigo recebido julho/2005

artigo aprovado julho/2005